

V.7 2026

AGRO INSIGHT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária
Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
Departamento de Promoção do Agronegócio – DPA
Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas – CGAAG
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – 3º andar, Sala 300
Cep: 70043-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 3218-2821

Editorial:
Priscilla Burmann
João Huguenin

Coordenação:
Augusto Billi
Carolina Eufemia Aquino de Sá
Ângela Pimenta Peres
Jennifer Santos Costa
Jennya Silva Brito
Priscilla Burmann

Equipe Técnica:
Rodrigo Lopes de Almeida
Eduardo Sampaio Marques
José Guilherme Tollstadius Leal
Caio César Simão
Luciana Pich Gomes
Juçara Aparecida André Dokonal
Eduardo Magalhães
Silvio Luiz Rodrigues Testaseca
Glauco Bertoldo
Nilton Antônio de Morais
Alessandro Fidelis
Rodrigo do Espírito Santo Padovani
Leandro Diamantino Feijó
Jean Gelipe Celestino Gouhie
Clóvis Augusto Versali Serafini
Tiago Charão
Priscila Rech Pinto Moser
Rafael Mohana de Carvalho Refosco
Vanessa Medeiros de Jesus
Ana Lúcia de Paula Viana
Fabiana Villa Alves
Virgínia Arantes Ferreira Carpi
Roberto Carlos Papa
Carlos Turchetto
Fernanda Mascarenhas Magalhães
André Okubo
Dalci de Jesus Bagolin
Ellen Elizabeth Laurindo
Luna Lisboa
Frederique Abreu
Andréa Moura
Warley Campos
Márcio Rezende Evaristo Carlos
Marco Túlio Santiago
Luiz Cláudio de Santana e Caruso
Lucas Fiuza
Ana Carolina Miranda Lamy
Diego Leonardo Rodrigues
Marcelo Cláudio Pereira
Fabiana Maldonado
Fernanda Martins de Faria

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catalogação na Fonte

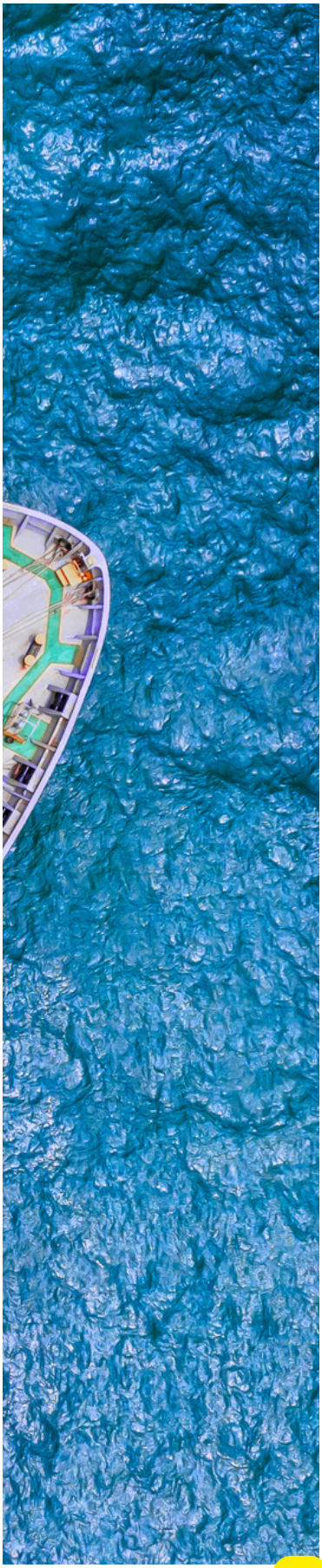
Resumo



O AgroInsight é uma publicação técnica elaborada pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, com a colaboração dos adidos agrícolas brasileiros presentes em 38 países.

O material reúne informações, análises de mercado e oportunidades comerciais destinadas a produtores, exportadores e entidades representativas do setor agropecuário.

O relatório tem como objetivo contribuir para o acesso a informações sobre mercados internacionais e apoiar a atuação dos diferentes segmentos do agronegócio brasileiro no comércio exterior.




OCDE

BRASIL NO PROGRAMA DE PESQUISA COOPERATIVA DA OCDE: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA AGROPECUÁRIA NACIONAL

Data: 13/07/2026
Posto: Paris/França
Palavras-chave: OCDE; CRP; pesquisa agropecuária; cooperação científica; inovação; sustentabilidade; agricultura tropical.
Responsável: Barbara Agate Borges Cordeiro

SUMÁRIO:

Em 1º de julho de 2026, o Brasil tornou-se o 32º país participante do Programa de Pesquisa Cooperativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Co-operative Research Programme: Sustainable Agricultural and Food Systems – CRP/OCDE). A adesão torna pesquisadores residentes no Brasil e instituições nacionais aptos a participar das chamadas do Programa, observadas as condições específicas de cada modalidade. O CRP apoia a mobilidade internacional de pesquisadores e a realização de eventos científicos nas áreas de agricultura, alimentos, florestas e pesca. Em um contexto no qual evidências científicas exercem influência crescente sobre a formulação de políticas públicas relacionadas à sustentabilidade e aos sistemas agroalimentares, a participação no Programa amplia as oportunidades de inserção da ciência agropecuária brasileira em redes internacionais e de apresentação das experiências e especificidades da agricultura tropical nos debates científicos que subsidiam os trabalhos da OCDE.

1. CIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR QUE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM PESQUISA SE TORNOU ESTRATÉGICA?

Os desafios enfrentados pelos sistemas agroalimentares tornaram-se progressivamente mais complexos e interconectados. Mudanças climáticas, segurança alimentar, conservação da biodiversidade, saúde do solo, produtividade agrícola e resiliência das cadeias produtivas são temas que ultrapassam fronteiras nacionais e demandam crescente cooperação entre pesquisadores, governos e instituições internacionais.

Nesse cenário, a produção de evidências científicas assume papel estratégico na formulação de políticas públicas. Aproximar a pesquisa dos processos de decisão permite que novos conhecimentos, tecnologias e experiências contribuam para a definição de políticas voltadas aos desafios da agricultura e dos sistemas alimentares.

É nesse contexto que se insere o Co-operative Research Programme: Sustainable Agricultural and Food Systems (CRP) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Programa busca fortalecer a cooperação científica internacional e aproximar a ciência das políticas públicas, apoiando a produção e o intercâmbio de conhecimentos relevantes para futuras decisões nas áreas de agricultura, alimentos, florestas e pesca.

O CRP reúne atualmente 32 países participantes. Em 1º de julho de 2026, o Brasil tornou-se o 32º membro do Programa, ampliando as oportunidades de inserção da ciência agropecuária brasileira em redes internacionais de pesquisa e nos debates que apoiam a formulação de políticas públicas.



Figura 1 – Países participantes do Programa de Pesquisa Cooperativa da OCDE (CRP).
Fonte: OCDE.

2. O QUE É O PROGRAMA DE PESQUISA COOPERATIVA DA OCDE?

O CRP constitui um mecanismo de cooperação científica internacional entre os países participantes. Seu objetivo é facilitar a colaboração entre pesquisadores e instituições de pesquisa, promovendo o intercâmbio de conhecimento científico sobre desafios globais relacionados aos sistemas agroalimentares.

O Programa atua por meio de dois instrumentos principais:

- bolsas de pesquisa, que apoiam períodos de trabalho de pesquisadores em instituições localizadas em outro país participante; e
- apoio à realização de eventos científicos internacionais, como conferências, workshops e simpósios.

Os dados de candidaturas entre 2016 e 2026 demonstram a demanda e o caráter seletivo do Programa.

Nesse período, o CRP recebeu 603 candidaturas a bolsas de pesquisa, das quais 228 foram selecionadas, correspondendo a uma taxa média de sucesso de 37,8%. Para o apoio a eventos, foram apresentadas 207 candidaturas e 86 eventos receberam financiamento, com taxa média de sucesso de 41,5%.

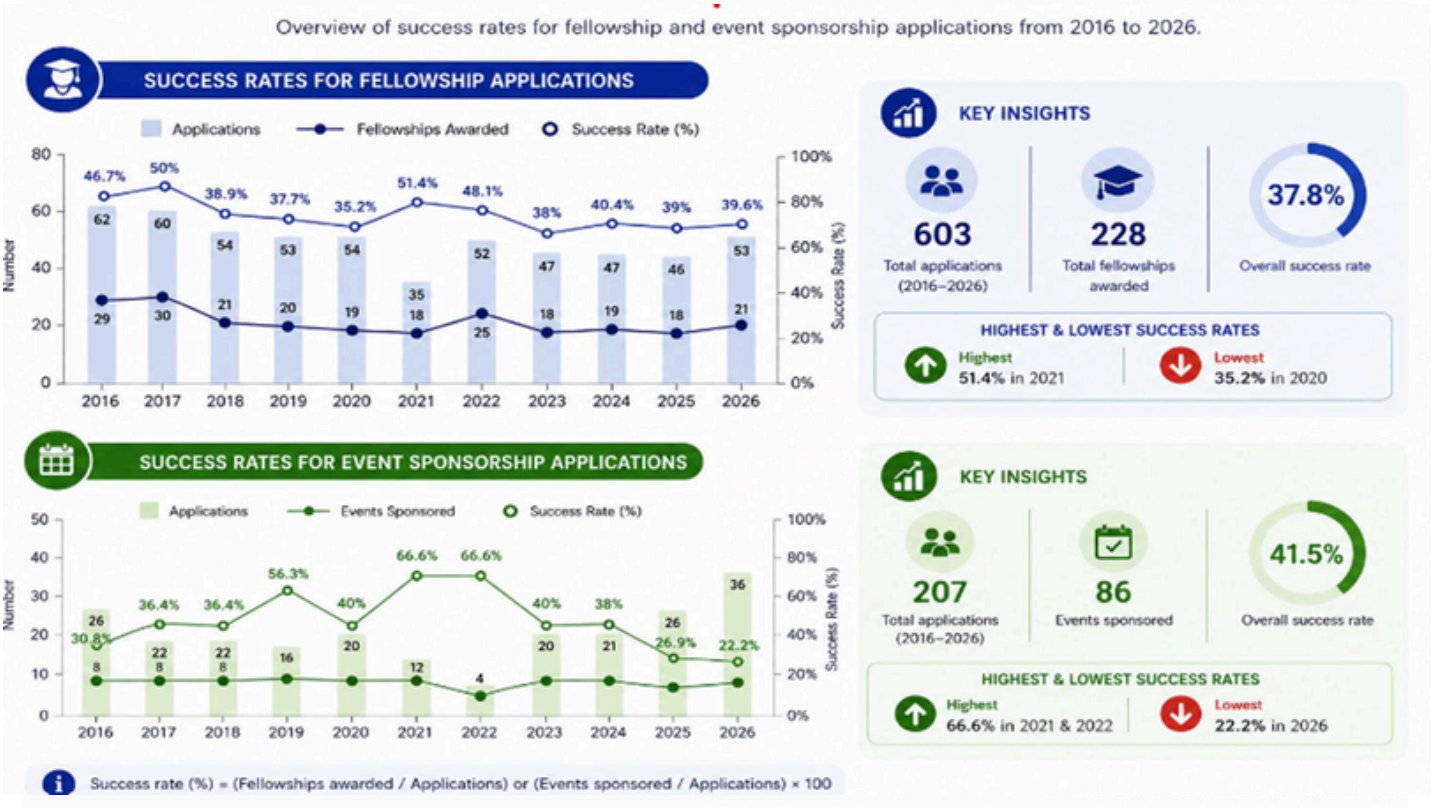


Figura 2 – Taxas de sucesso das candidaturas a bolsas de pesquisa e ao apoio a eventos científicos do CRP, 2016–2026.
Nota: Applications = candidaturas; Fellowships awarded = bolsas de pesquisa concedidas; Success rate = taxa de sucesso; Event sponsorship applications = candidaturas ao apoio a eventos; Events sponsored = eventos apoiados/financiados; Key insights = principais dados; Highest and lowest success rates = maiores e menores taxas de sucesso.
Fonte: OCDE, Statistical Comparisons of Conferences and Fellowships to 2025, com atualização dos dados para 2026.

A lógica do Programa vai além do financiamento pontual de atividades científicas. O CRP busca criar redes duradouras de cooperação internacional e aproximar a produção científica das discussões sobre políticas públicas. Segundo informações da OCDE, mais de 75% das bolsas apoiadas pelo Programa resultam em cooperação de longo prazo entre os pesquisadores e as instituições anfitriãs.

3. BOLSAS DE PESQUISA: MOBILIDADE INTERNACIONAL PARA PESQUISADORES

As bolsas do CRP destinam-se a pesquisadores que atuam em áreas relacionadas à agricultura, aos alimentos, às florestas e à pesca e que desejam desenvolver um projeto em uma instituição localizada em outro país participante do Programa.

As atividades podem ter duração de 6 a 26 semanas e buscam fortalecer o intercâmbio internacional de ideias, a mobilidade científica e a cooperação entre pesquisadores e instituições.

Diferentemente de programas tradicionais de pós-graduação ou de bolsas acadêmicas de longa duração, as bolsas do CRP são voltadas a projetos específicos de colaboração científica. O pesquisador deve apresentar uma proposta de trabalho a ser desenvolvida em conjunto com uma instituição anfitriã situada em outro país participante.

A bolsa é concedida ao pesquisador individualmente, e não à instituição. O apoio financeiro tem natureza de bolsa de mobilidade e destina-se principalmente a despesas de viagem e permanência. O candidato deve, normalmente, possuir doutorado ou experiência equivalente, acrescida de pelo menos quatro anos de experiência após a conclusão do doutorado.

Pesquisadores não acadêmicos também podem se candidatar, incluindo aqueles vinculados a institutos públicos ou regionais de pesquisa. A instituição de origem deve apoiar a candidatura, uma vez que um dos objetivos do Programa é promover relações duradouras entre a instituição do pesquisador e a instituição anfitriã.

Para pesquisadores residentes no Brasil, a adesão ao CRP cria novas possibilidades de colaboração com instituições dos demais países participantes. Da mesma forma, instituições brasileiras poderão receber pesquisadores estrangeiros apoiados pelo Programa, contribuindo para ampliar a circulação internacional de conhecimento e fortalecer redes de pesquisa.

A chamada atualmente aberta destina-se às bolsas que serão financiadas em 2027. As candidaturas devem ser apresentadas até 10 de setembro de 2026, à meia-noite, horário de Paris. As condições, os critérios de seleção e os documentos necessários estão disponíveis na página oficial do CRP dedicada às candidaturas para bolsas.

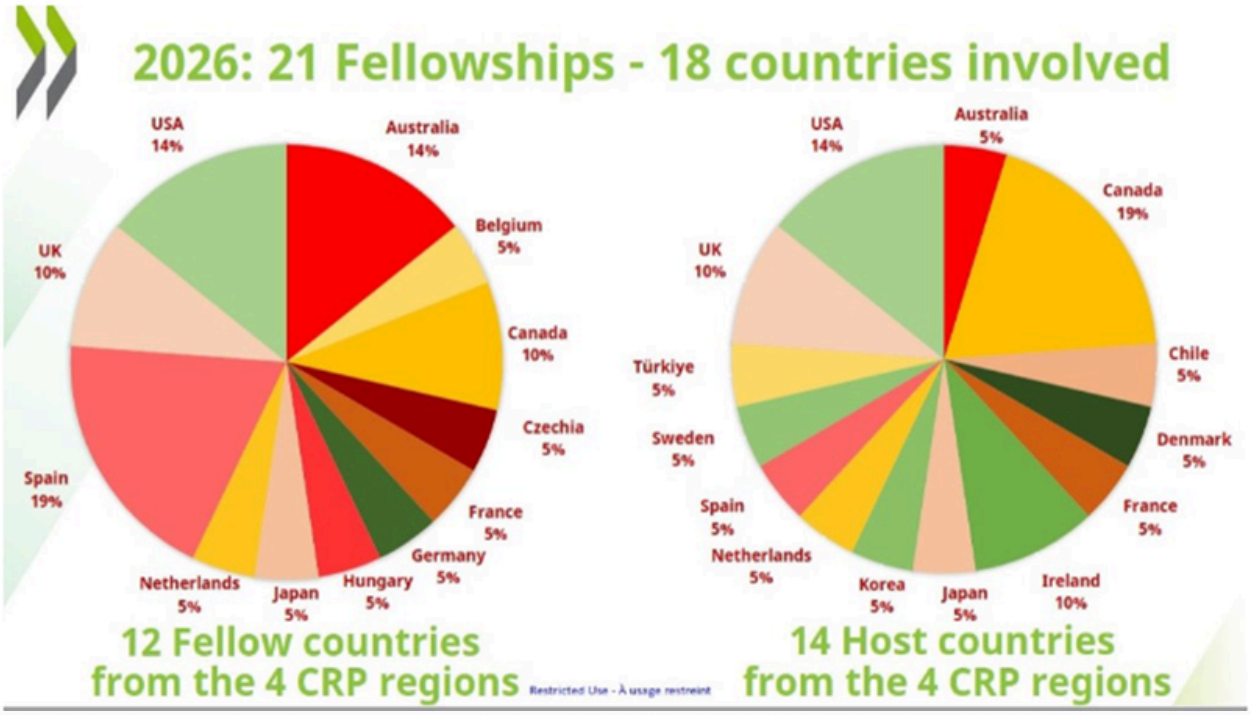


Figura 3 – Distribuição internacional das bolsas de pesquisa (fellowships) do CRP selecionadas para 2026, segundo o país de origem dos pesquisadores e o país das instituições anfitriãs.
Nota: Fellow countries = países de origem dos pesquisadores selecionados; Host countries = países das instituições anfitriãs. Em 2026, foram concedidas 21 bolsas, envolvendo 18 países: pesquisadores de 12 países realizarão atividades de pesquisa em instituições anfitriãs localizadas em 14 países, abrangendo as quatro regiões do CRP.
Fonte: OCDE, Update on the Activities of the Co-operative Research Programme: Sustainable Agricultural and Food Systems, 2026.

4. EVENTOS INTERNACIONAIS: LEVANDO A CIÊNCIA AO DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

O segundo instrumento do CRP é o apoio à realização de eventos científicos internacionais, incluindo conferências, workshops e simpósios. Institutos de pesquisa, universidades, organizações governamentais e outras instituições com atuação científica podem apresentar propostas.

O objetivo é promover a disseminação de pesquisas, desenvolvimentos científicos e inovações entre formuladores de políticas públicas, setor produtivo e comunidade acadêmica, aproximando o conhecimento científico dos debates relacionados aos desafios atuais dos sistemas agroalimentares.

A natureza internacional constitui elemento central dos eventos apoiados. As propostas devem reunir pesquisadores e especialistas de diferentes países participantes, apresentar diversidade geográfica entre os palestrantes e demonstrar capacidade de produzir resultados de interesse mais amplo do que o contexto exclusivamente nacional ou regional.

Outro aspecto fundamental é a relevância para as políticas públicas. A proposta deve explicar de que maneira as discussões científicas poderão contribuir para decisões, recomendações ou debates relacionados à agricultura, aos alimentos, às florestas ou à pesca.

O apoio do CRP é concedido por meio de subsídio direto, com prioridade para despesas relacionadas à participação de palestrantes internacionais.

Após o evento, a publicação dos resultados é obrigatória. Os organizadores devem produzir anais ou publicação equivalente, com trabalhos completos e uma síntese das discussões, das lições aprendidas e das mensagens destinadas à comunidade de políticas públicas.

A chamada para eventos a serem financiados em 2027 permanece aberta até 10 de setembro de 2026, à meia-noite, horário de Paris.



Figura 4 – Eventos científicos internacionais selecionados pelo CRP para financiamento em 2026.
Fonte: OCDE.

5. QUAIS TEMAS O CRP BUSCA APOIAR?

Para o mandato 2026–2030, o CRP reorganizou seu marco conceitual com o objetivo de favorecer abordagens integradas, interdisciplinares e conectadas aos principais desafios enfrentados pelos sistemas agroalimentares.

O Programa busca produzir impactos em três dimensões principais:

- segurança alimentar e nutricional;
- sustentabilidade ambiental e resiliência dos sistemas produtivos;
- meios de vida inclusivos.

Para alcançar esses impactos, as atividades financiadas são organizadas em três áreas de ação:

1. transformação de comportamentos para promover mudanças;
2. fortalecimento da resiliência diante de incertezas e riscos futuros;
3. inovação para produção e produtividade sustentáveis.

Essas áreas se sobrepõem intencionalmente, permitindo que uma mesma proposta trate de diferentes dimensões dos sistemas agroalimentares e incorpore conhecimentos das ciências naturais, econômicas e sociais.

Entre os temas destacados pelo Programa estão:

- crescimento sustentável e resiliente da produtividade;
- segurança alimentar e nutricional;
- riscos climáticos e adaptação às mudanças climáticas;
- redução de emissões provenientes da agricultura e dos sistemas alimentares;
- sequestro de carbono na agricultura, nas florestas e no uso da terra;
- prevenção e reversão da perda de florestas e da degradação das terras;
- biodiversidade e serviços ecossistêmicos;
- saúde do solo e qualidade da água e do ar;
- sustentabilidade da produção pecuária;
- saúde e bem-estar animal;
- pesca e aquicultura sustentáveis e resilientes;
- inovação tecnológica e agricultura digital;
- transferência e coprodução de conhecimentos;
- conhecimentos tradicionais e de povos indígenas;
- economia circular e redução de perdas e desperdícios.

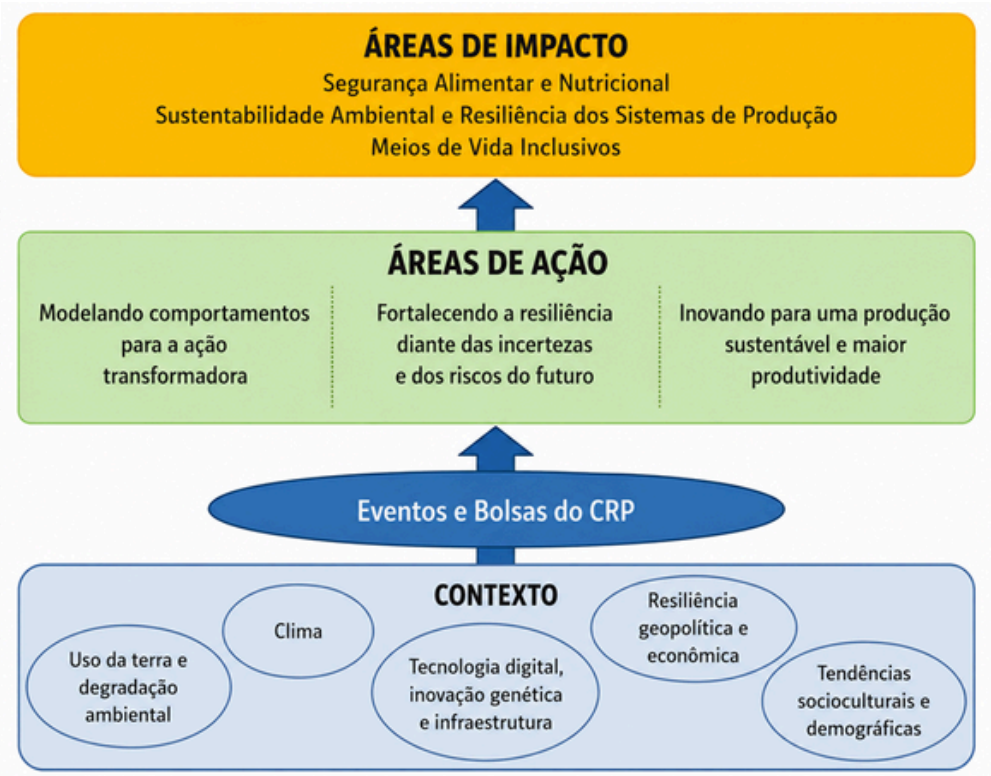


Figura 5 – Marco conceitual do Programa de Pesquisa Cooperativa da OCDE (CRP) para o período 2026–2030.
Fonte: OCDE.

6. COMO AS PROPOSTAS SÃO AVALIADAS E SELECIONADAS?

A estrutura de governança do CRP combina avaliação científica e decisão intergovernamental. O Scientific Advisory Body (SAB), composto por seis cientistas indicados pelo Governing Body, avalia a qualidade científica das candidaturas e formula recomendações sobre as propostas que apresentam mérito para receber apoio.

O Governing Body reúne um representante de cada país participante. Com base nas recomendações do SAB, aprova o programa de trabalho e o orçamento e seleciona as bolsas de pesquisa e os eventos a serem financiados.

Cada país participante também conta com um Correspondente Nacional, responsável por promover o CRP entre pesquisadores e instituições de seu país e apoiar a divulgação das oportunidades oferecidas pelo Programa. No Brasil, essa função é exercida pela Embrapa, que atua como ponto focal nacional do CRP. O Correspondente Nacional, contudo, não realiza a avaliação científica nem seleciona as candidaturas, funções atribuídas ao SAB e ao Governing Body.

As propostas são analisadas não apenas sob a perspectiva da qualidade científica. O CRP também considera a relevância para as áreas prioritárias do Programa, a dimensão internacional, a conexão entre ciência e políticas públicas, a complementaridade com os trabalhos da OCDE, a interdisciplinaridade e a diversidade geográfica. No caso dos eventos, também são consideradas a composição dos palestrantes e a capacidade de produzir resultados e recomendações úteis.

Esses critérios evidenciam a importância da preparação de candidaturas capazes de demonstrar claramente excelência científica, dimensão internacional e relevância para os desafios de políticas públicas relacionados aos sistemas agroalimentares.

Para propostas de eventos, o próprio CRP recomenda contato prévio com membros do SAB. Esse diálogo pode auxiliar os potenciais candidatos a avaliarem a adequação do projeto ao Programa e esclarecer aspectos da proposta antes de sua submissão.

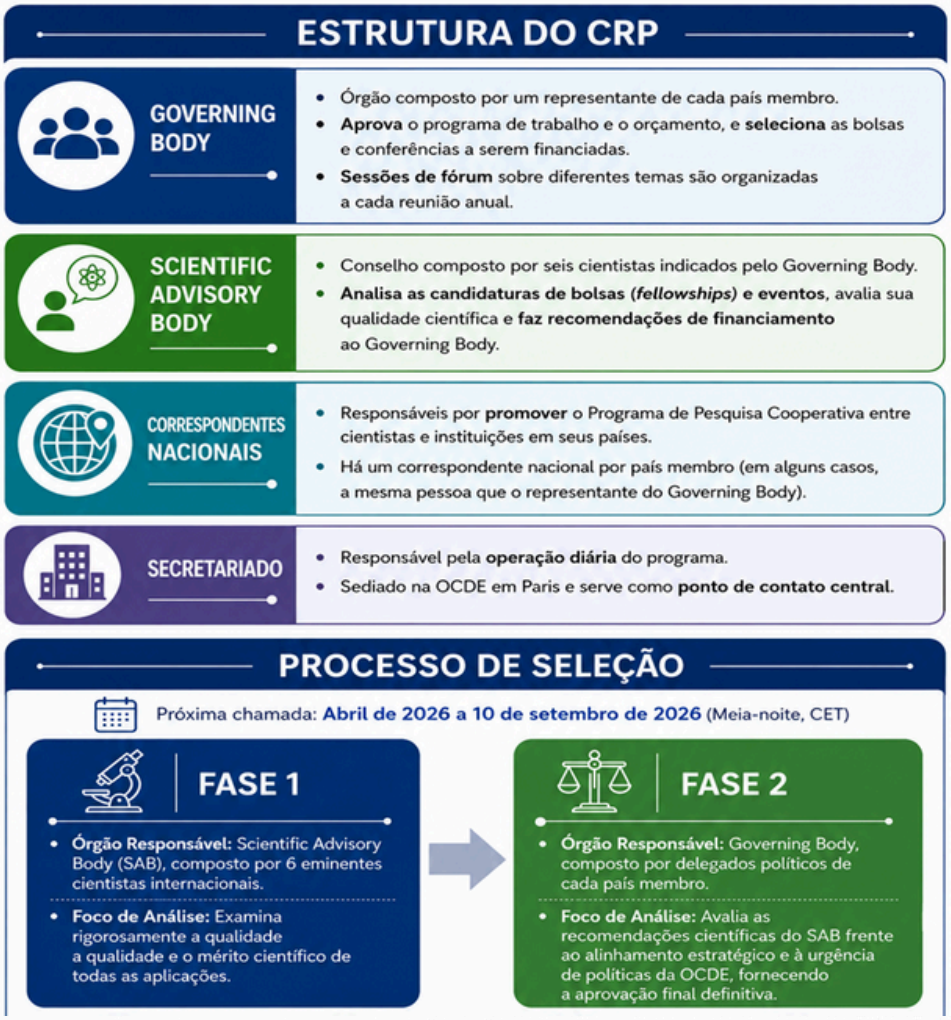


Figura 6 – Estrutura de governança e processo de seleção das candidaturas no Programa de Pesquisa Cooperativa da OCDE (CRP).
Fonte: Elaboração própria com base em informações da OCDE.

7. OPORTUNIDADES PARA A CIÊNCIA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

A entrada do Brasil no CRP abre novas oportunidades para a participação de pesquisadores e instituições nacionais em redes internacionais de cooperação científica. Pesquisadores residentes no país poderão candidatar-se a bolsas de pesquisa para desenvolver projetos em instituições de outros países participantes. O Brasil também poderá receber pesquisadores estrangeiros e sediar eventos científicos apoiados pelo Programa.

Nesse contexto, a experiência brasileira em pesquisa agropecuária tropical encontra espaço nos temas prioritários do CRP. Áreas como agricultura de baixo carbono, sistemas integrados de produção, solos tropicais, bioinsumos, biodiversidade, saúde e bem-estar animal e adaptação às mudanças climáticas oferecem oportunidades para a construção de propostas e parcerias internacionais.

A participação no CRP cria, assim, uma nova via para fortalecer a cooperação científica e ampliar a presença da pesquisa agropecuária brasileira nos debates internacionais que aproximam ciência e políticas públicas.


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA